

O EMPODERAMENTO DAS (OS) PROFESSORAS (ES) E O EXERCÍCIO DA IGUALDADE DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Thaís Tavares de Lira; Cristianne Lopes de Lima Castro¹

Faculdade Frassinetti do Recife- FAFIRE

Resumo

Para compreender os motivos que mobilizam defender a igualdade de gênero, sobretudo, o papel das professoras e a construção feita em torno de sua profissão, é preciso resgatar a história das mulheres no Brasil, a fim de compreender a condição da mulher e professora por volta do século XIX. Dessa forma, é possível compreender a evolução delas enquanto protagonistas na área profissional e as lutas por direitos e igualdade na sociedade. A presente pesquisa tem como objetivo reafirmar o empoderamento das (os) professoras (es), assim como a importância da igualdade de gênero na educação infantil. É nesta fase que julgamos ser o ponto de partida para desconstruir estereótipos e fazer do espaço escolar uma ponte entre crianças conscientes e adultos humanizados. Partindo da abordagem bibliográfica da pesquisa, fizemos um contexto histórico da luta das professoras e mulheres na sociedade, ratificando a importância de se reafirmarem enquanto profissionais da educação.

Palavras-chave: empoderamento, educação infantil, igualdade de gênero.

Introdução

Ao longo da história foi percebido como se deu a construção da formação das (os) professoras (es) e a distinção dos papéis atribuídos, de maneira sexista, aos profissionais da Educação. De igual maneira, é notório o protagonismo das mulheres na academia e as lutas para se reafirmarem como professoras, até então, subestimadas intelectualmente. Por isso, refletimos como esses estereótipos foram construídos em torno das profissionais da educação e como a falta de conhecimento e reflexão sobre essa parte da história da formação das (os) professoras (es) influencia na formação dessas (es) profissionais até os dias de hoje. Assim, a presente pesquisa tem como objetivo reafirmar o empoderamento das (os) professoras (es) e a importância da igualdade de gênero na educação, inicialmente abominando o grau de parentesco pelo qual são inseridas. Ao chamá-las de professoras, ao invés de “tias”, atribuímos um caráter político refletido por Paulo Freire (1993) e exercemos possibilidades em sala de aula para que não sejam construídos estereótipos sobre o que é de menino ou de menina, desumanizando ambos.

¹ Orientadora em Faculdade Frassinetti do Recife



Acreditando que o respeito e equidade se constroem na escola para a formação de seres humanos éticos, é indispensável para a professora (o) compreender como foi dada, nos séculos anteriores, a construção da sua profissão. A partir daí, será possível entender as demandas que colaboram para tal desigualdade e, além disso, construir métodos de ensino com a temática. Tais processos podem despertar, de maneira autônoma, a inclusão de gênero nos estudantes, desmistificando pensamentos patriarcais e quaisquer formas de machismo, sexismo ou misoginia que possam ser construídas durante a infância, mesmo de forma involuntária.

Partindo deste princípio, a igualdade de gênero diante do contexto histórico de ocultação das mulheres, sobretudo na academia, como protagonistas, aponta as dificuldades na busca da paridade de gênero. Os impactos dessa ocultação repercutem na prática das (os) professoras (es) e banalizam-nas, reduzindo-lhes o caráter político. Se torna crucial colocar a questão da igualdade de gênero em sala de aula e fazer os estudantes compreenderem o porquê de tal discussão. É de suma importância as (os) professoras (es) se mostrarem mobilizadas com os temas, aprofundando seus conhecimentos em busca do que as pessoas enfrentam, esperam, do reflexo disso na sociedade e no futuro dos estudantes. De tal maneira, poderemos dialogar, refletir e introduzir os saberes necessários à nossa educação para ecoar um futuro mais digno às nossas crianças e uma sociedade com mais empatia.

Dito isso, acreditamos que a escola é um espaço, onde boa parte das crianças compartilham experiências, vivências, desenvolvem personalidade e caráter com várias outras crianças. É também espaço fundamental para desmistificar certos posicionamentos e desconstruir pensamentos extremamente enraizados pela sociedade.

Pensando em formas de como as (os) professoras (es) podem desconstruir pensamentos de crianças sobre a igualdade de gênero, observamos práticas pedagógicas exitosas, trabalhos desenvolvidos em campanhas e livros infanto-juvenil que podem ampliar os debates e servir como bases de inserção da igualdade de gênero em sala, levando em consideração a reflexão da temática.

Metodologia

O delineado da pesquisa se deu através de abordagem qualitativa. Segundo Minayo:

O método qualitativo é adequado ao estudos da história, das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam. (MINAYO,2008, p. 57).

Acreditamos ser essa a interpretação é defendida no artigo. Por isso, em relação aos procedimentos metodológicos, utilizamos a pesquisa bibliográfica, buscando baseá-la em teóricos da educação e historiadores para a fundamentação. Na fase exploratória, buscamos resgatar a construção e os impactos refletidos e reproduzidos durante a história das mulheres na educação.

História das Professoras

Para compreender os motivos que mobilizam defender a equidade e igualdade de gênero, sobretudo o papel das professoras e a construção feita em torno da profissão, é preciso resgatar a história das mulheres no Brasil, a condição da mulher e da professora por volta do século XIX, a evolução enquanto protagonistas na área profissional e as lutas delas por direitos e igualdade na sociedade.

O discurso sobre a importância da Educação na modernização do país torna-se recorrente. O Brasil caminhava para o século XX tendo cidades e povoados com grande quantidade da população rural analfabeta. Em 1827, a lei determinava as escolas de primeiras letras, as chamadas pedagogias, em todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos do império. No entanto, a realidade estava muito distante dessa imposição legal. (PRIORI, 2004)

A sociedade da época tinha escolas fundadas por congregações e ordens religiosas femininas ou masculinas; escolas mantidas por leigos-professores para as classes de meninos e professoras para as de meninas.

As tarefas desses mestres e mestras não eram, contudo, exatamente as mesmas. Ler, escrever e contar, saber as quatro operações, mais a doutrina cristã, nisso consistiam os primeiros os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura. (PRIORI, 2004, p.444)

Importante considerar que, embora a lei estabelecida por deputados determinasse salários iguais para professoras e professores, as diferenças no currículo, uma vez que o ensino da geometria era dado apenas para os meninos, implicando em outro nível de remuneração no futuro, faria os elevados salários serem próprios para professores.

Na opinião de muitos, não havia porque *mobilizar* a cabeça com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial- como esposa e mãe- exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o *pilar da sustentação do lar*, a educadora das gerações do futuro. (PRIORI, 2004, p.446)

Ou seja, as mulheres no exercício de pedagogas eram sujeitas a desenvolver uma educação para a pátria. Nela, as mulheres da república, por assim dizer, tinham como função, única e exclusiva, dominar bordados, rendas e habilidades culinárias. A educação se justificava pelo único destino das meninas: serem mães.

Muraro e Boff (2002, p. 22) fazem colocações pertinentes sobre essa construção social inserida para que, a partir desse pensamento, possamos ter um olhar receptivo a equidade.

Homens e mulheres podem ser construídos igualmente em seres agressivos, dependentes, passivos ou cooperadores, criativos e pacíficos. E afirma que tudo depende do tipo de construção social operada. [...] De todas as formas, o desafio atual consiste em desmontar a dominação dos homens sobre as mulheres, que desumanizou a ambos, mas principalmente as mulheres, mediante símbolos, linguagens, formas de exercício de poder, instruções, visões de mundo, valores e religiões que levam a marca do antifeminismo e da continuada exclusão da mulher nos processos de decisão. (MURARO; BOFF, 2002, p. 22)

A relevância e a necessidade das (os) professoras (es) irem em busca da própria desconstrução vão muito além do exercício de ensinar. Por mais que os sentimentos humanos sejam conflituosos, é através dessas importâncias que são permitidos novos modos de viver e conviver.

Contaremos também com o educador e patrono da educação brasileira, Paulo Freire. Serão adotadas suas contribuições sobre curiosidade epistemológica nas obras: Professora sim, tia não (2003); Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa e A importância do ato de ler (2008). Paulo Freire afirma em seus escritos que:

A recusa, a meu ver, se deve sobretudo a duas razões principais. De uma lado, evitar a compreensão distorcida da tarefa profissional da professora, de outro, desocultar a sombra ideológica repousando manhosamente na intimidade da falsa identificação. Identificar professora com tia, o que foi e vem sendo ainda enfatizado sobretudo na rede privada em todo o país, é quase como proclamar que professoras, como boas tias não devem brigar, não devem rebelar-se, não devem fazer greve. Quem já viu dez mil tias fazendo greve, sacrificando seus sobrinhos, prejudicando-os no seu aprendizado? (FREIRE, 2003, p.11)

Com base nisso, Freire (1993) trata da indispensável necessidade de se reafirmar como professora (o). Ele também aborda, de forma inclusive irônica, o grau de parentesco que somos condicionados e não abominamos no ambiente de sala de aula, fazendo-nos refletir como a não afirmação, enquanto profissional, causa consequências no modo como somos enxergados pela sociedade. Essa consciência política diante da sociedade precisa ser compreendida, pesquisada e observada pela professora (o), entendendo seu papel diante do mundo. Esse é um dos primeiros exercícios de quem se propõe a ensinar e, muito além disso, se empoderar.

Para falar de gênero, é preciso atentar por toda uma história velada de luta pelo direito das mulheres. Louro (1997) admite que as palavras têm história e, talvez por isso, também exista a resistência ao falar sobre o assunto, que não carrega sua representatividade completa no dicionário. Para conceituar a palavra “gênero”, é preciso enfatizar a história do movimento feminista contemporâneo, marcado por ações coletivas dirigidas contra a opressão das mulheres em diversos momentos da história.

Na virada do século, as manifestações contra a discriminação feminina adquiriram uma visibilidade e uma expressividade maior no chamado “sufragismo”, ou seja, no movimento voltado para estender o direito do voto às mulheres. Com uma amplitude inusitada, alastrando-se por vários países ocidentais (ainda que com força e resultados desiguais), o sufragismo passou a ser reconhecido, posteriormente, como a “primeira onda” do feminismo. (LOURO,1997, p.14-15)

Diante de toda a comoção política e social, “o movimento feminista contemporâneo ressurgiu, expressando-se não apenas através de grupos de conscientização, marchas e protestos públicos, mas também através de livros, jornais e revistas.” (LOURO,1997, p. 16)

Dessa forma, as militantes feministas tomam espaço na academia como estudiosas, pesquisadoras e docentes, surgindo os estudos da mulher. Sendo protagonistas de suas histórias, o grande objetivo das estudiosas feministas começa a tomar forma: sua visibilidade, até então ocultada.

Assim, os estudos iniciais se baseiam nas condições de vida das mulheres. Da mesma forma, estão incluídas as condições de trabalho em diferentes espaços, apontando desigualdades sociais, políticas, econômicas, jurídicas, denunciando a opressão e celebrando, algumas vezes, características tidas como femininas.

Acreditando na potencialidade dos empreendimentos coletivos, as mulheres avançam suas análises. Algumas começam a fundar revistas, promover eventos, organizar grupos e núcleos de estudos, trazendo não apenas para a academia, mas também para fora dela, questões relacionadas à mulher.

Fizeram mais: ainda: levantaram informações, construíram estatísticas, apontaram lacunas em registros oficiais, vieses nos livros escolares, deram voz àquelas que eram silenciosas e silenciadas, focalizaram áreas, temas e problemas que não habitavam o espaço acadêmico, falaram do cotidiano, da família, da sexualidade, do doméstico, dos sentimentos. (LOURO,1997, p.19)

Louro (1997) ainda coloca o caráter político com umas das mais significativas marcas dos estudos feministas, pela objetividade e neutralidade na qual os assuntos eram problematizados,

subvertidos e transgredidos para o fazer acadêmico. As pesquisadoras escreviam em primeira pessoa, assumindo com ousadia que as questões eram interessadas com base em trajetórias históricas, construídas para o lugar social das mulheres. Esses estudos tinham e têm pretensões de mudança.

Diante do histórico que reflete a luta das mulheres no mundo, percebemos o quanto ainda estamos arraigados nessa construção de submissão e desvalorização enquanto mulheres. Ainda assim, tendo em vista todas as lutas por elas buscadas e, embora o discurso possa ser tomado com um certo vitimismo pelo desejo de equidade, o reconhecimento do protagonismo na academia leva a crer que apesar dos vários condicionamentos impostos para o gênero feminino, as mulheres se sobressaem em aspectos que até então foram construídos para serem fora dos padrões e como isso interfere na maneira de pensarmos sobre nossas práticas, oportunidades e a misoginia como um fato existente no nosso cotidiano.

Igualdade de gênero na Escola

Na infância, a criança não tem opinião formada diante das coisas que a cercam. Dessa forma, podemos dizer que a estranheza, aversão pelo diferente e tudo contrário ao respeito e dignidade do outro, não são sentimentos carregados no início da vida dela, mas são construídos ao longo do desenvolvimento das personalidades. São criados na Educação Infantil, as possibilidades no brincar, na leitura, na imagem, para que seja exercido o respeito mútuo.

Nessa perspectiva, Arce (2002) destaca a teoria de Friederick Froebel, pai do Jardim de Infância, que compara o desenvolvimento de uma criança com uma semente cultivada. A teoria defendia a existência de uma metodologia internalizada nos pequenos, levando-os a aprender de acordo com os interesses deles e por meio de atividades práticas. A professora (o) precisa ser observadora (o), ensinando de forma lúdica. As brincadeiras na educação infantil são um recurso no caminho da aprendizagem, para criar representações do mundo com a finalidade de entendê-lo, e sobretudo para a Educação espontânea defendida por Froebel, permitindo deixar a criança livre para expressar pensamentos e atitudes. Consideramos necessário ratificarmos a importância de não criar estereótipos sobre as brincadeiras atribuídas para meninas ou para meninos, fazendo-os criar capacidades a respeito dos princípios da autonomia.

Visto que a indústria de brinquedos submete as crianças a divisão de brinquedos de menina e brinquedos de menino, inclusive por cor, como conjunto de painéis cor de rosa destinado para

meninas brincarem de cozinhar, inferindo que meninos também não podem fazer uso desses brinquedos e serem cozinheiros; ou carrinhos predominantemente para meninos, definidos também por cor, como se meninas também não pudessem dirigir e ter o próprio carro. O que falar das bonecas? Boa parte delas são brancas, de olhos claros e cabelo liso, geralmente loiro, impondo padrões de beleza desde a infância, tirando a representatividade das crianças negras e fazendo o uso desse brinquedo também restrito a meninas, concluindo que meninos não podem assumir o papel de pais da boneca. “Os brinquedos para meninos são “ativos”, pedindo algum tipo de “ação”-trens, carrinhos-, e os brinquedos para meninas geralmente são “passivos”, sendo a imensa maioria bonecas” (CHIMAMANDA,2017, p.25).

Na fase escolar é muito comum crianças sob influência de preconceção do próprio meio apresentarem dificuldades em admitir a paridade de gênero. Esse tipo de atitude torna-se porta de entrada para uma série de manifestações de intolerância, discriminação, agressão.

Recentemente, na nova versão da Base Nacional Comum Curricular, referência para o que deve ser ensinado nas escolas do país, por decisão do Ministério da Educação-MEC, foi retirado menções às expressões “identidade de gênero” e “orientação sexual”. Na versão atual consta os seguintes dizeres:

A equidade reconhece, aprecia e os padrões de sociabilidade das várias culturas que são parte da identidade brasileira. Compreende que todos são diversos, que a diversidade é inerente ao conjunto dos alunos, inclusive no que diz respeito às experiências que trazem para o ambiente escolar e aos modos como aprendem. Assim, a equidade requer que a instituição escolar seja deliberadamente **aberta à pluralidade e à diversidade**, e que a experiência escolar seja acessível, eficaz e agradável para todos, sem exceção, independentemente de aparência, etnia, religião, sexo ou quaisquer outros atributos, garantindo que todos possam aprender. (BRASIL.BNCC, 2017, p. 11)

Ainda que a nova base nacional siga defendendo a diversidade e o combate ao preconceito, o fato de não incluir essas temáticas nas escolas como plano de estudo, enfraquece a discussão sobre o assunto na área educacional, silenciando e não problematizando o assunto que vem trazendo consequências tão nefastas para sociedade, desde a violência contra as mulheres, o machismo desenfreado, estereotipado desde criança nos meninos, com privilégios e poderes concebidos pela sociedade. A base Nacional comum não apenas colaboraria para a construção de direitos para ambos como também afirmaria o papel na conscientização de homens e mulheres. Nesse sentido, as políticas educacionais se limitam a abordagem de gênero, limitando a capacidade das (os)

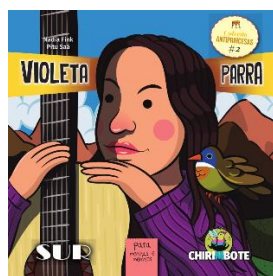
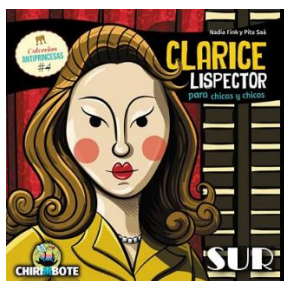
professoras (es) aperfeiçoarem os conhecimentos sobre o assunto, enfraquecendo a temática para as próximas gerações.

Sobre a identidade de gênero, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI 1998) transmite valores de igualdade e respeito às diferenças de sexos, permitindo a criança brincar com as possibilidades relacionadas tanto do papel do homem como da mulher.

Diante disso, exige-se uma atenção da professora (o) para evitar a reprodução, pelas crianças, estereótipos quanto aos papéis do homem e da mulher. Mesmo o espaço escolar tendo a flexibilidade de abordar esses assuntos, os estereótipos podem surgir das crianças, fruto do meio vivenciado por elas. Cabe a professora (o), a sensibilidade de observar as diferentes situações possíveis de ocorrer e a maneira de se posicionar e lidar com bastante clareza.

Pensando em formas de como as (os) professoras (es) podem desconstruir pensamentos dos estudantes, a respeito da igualdade de gênero, observamos projetos e campanhas recentemente idealizadas para as (os) professoras (es) poderem ampliar os debates e ter bases de como inserir a igualdade de gênero em sala de aula.

Alguns dos exemplos são a coleção antiprincesas. Consideramos ser uma boa ferramenta em sala, onde histórias infantis com ilustrações abordam histórias de mulheres da América Latina exemplos por derrubar padrões. A importância delas para a sociedade se deve ao fato de, não se impondo às funções consideradas próprias para mulheres, seguirem os desejos e aptidões profissionais. Temos como exemplo histórias da mexicana Frida Kahlo, da chilena Violeta Parra e da brasileira Clarice Lispector. São mulheres reais que combateram estereótipos e podem ajudar professores a desmistificar a desigualdade social e perceberem mulheres como protagonistas.



Fonte: www.antiprincesas.com.br

Uma outra campanha é feita pela ONG Plan Internacional: uma instituição com foco na promoção da defesa dos direitos das crianças. No Brasil, a instituição atua em estados do Nordeste. Ela lançou recentemente uma ação chamada “Desafio da Igualdade” e elaborou vídeos didáticos como “O que você pode fazer pela igualdade de gênero?”. Além de ser uma importante ferramenta para professoras (es), pode ser tranquilamente utilizada para expor em sala de aula e trabalhar igualdade de gênero. No ano de 2016, a Plan criou a campanha “Por ser Menina” com o foco na desigualdade de gênero, principalmente entre crianças.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=04u0UHEq2f4>



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=xqflQwIeA&t=10s>

Conclusão

A presente pesquisa fez compreender o empoderamento das (os) professoras (es), inicialmente fazendo o resgate do histórico e papel atribuído as (aos) profissionais da Educação, enquanto as diferenças de currículos e as divisões estabelecidas nas escolas fundadas por congregações e o movimento feminista contemporâneo de maior expressividade, como o “sufragismo”, a luta pelo direito do voto e a representatividade das mulheres na academia.

Sobre o papel das (os) professoras (es) na educação, acreditamos não estar apenas no exercício de ensinar, mas de refletir enquanto pessoa formadora de cidadãos na busca incessante do conhecimento, reconhecendo-se em constante desconstrução diante das demandas da sociedade.

Foi percebido na pesquisa realizada o desinteresse da igualdade de gênero em colocar as mulheres em condição de superioridade aos homens. Por outro lado, há um esforço para lembrar dos direitos igualitários das mulheres e reafirmar direitos e espaços como protagonistas de suas histórias e desmistificar estereótipos construídos desde a infância.

Acreditamos que a pesquisa teve o objetivo proposto contemplado, uma vez tendo sido expostas possibilidades de discussão da temática em sala de aula através de campanhas, livros infantis e introduzindo as questões de igualdade de gênero.

Foi possível perceber a evolução histórica das mulheres e os avanços na luta pelos direitos na busca de dignificar a realidade delas na sociedade, assim como na academia, reafirmando-se enquanto profissionais da Educação. Dessa maneira, diante dos estudos realizados, destacamos a importância de refletir esses históricos com as mulheres e profissionais da Educação na contemporaneidade.

Acreditamos que a função social da Escola perpassa tais questionamentos para desconstruir estereótipos e fazer o espaço escolar como ponte para crianças conscientes e adultos humanizados.

Referências

ARCE, Alessandra. Friederick Froebel: **O pedagogo dos jardins de infância**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2002.

CHIMAMANDA, Ngozi Adichie. **Para educar crianças feministas: Um manifesto**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 49 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. **Professora sim tia não: cartas a quem ousa ensinar**. 14 ed. São Paulo: Olho d'água, 2003

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 3 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 1997

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Vozes, 2002

MURARO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. **Feminino e Masculino: Uma nova consciência para o encontro das diferenças**. Rio de Janeiro, Sextante, 2002.

PRIORI, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 7 ed. São Paulo, Contexto, 2004.